



Resumo Semanal

Ano 1 – Número 27 – 29/01 à 02/02/2018

Destaque da Semana

[TST se reúne na terça-feira para discutir jurisprudência pós-reforma trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/02/2018

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho se reúne na próxima terça-feira (6), a partir da 14h, para discutir as alterações de sua jurisprudência em função das mudanças na CLT introduzidas pela reforma trabalhista (Lei 13.467/2017).

O ponto de partida dos debates é uma proposta, elaborada pela Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos do Tribunal em novembro do ano passado, que trata de 34 temas que foram objeto de mudança legislativa, entre eles horas de deslocamento (in itinere), diárias de viagem e supressão de gratificação de função. Veja [aqui](#) e [aqui](#) as propostas da comissão.

“Não há dúvidas de que, a partir da entrada em vigor da reforma trabalhista, em 11/11/2017, muitas súmulas precisam ser revistas”, afirma o presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho.

Dois outros pontos importantes serão objeto de discussão e dizem respeito ao direito intertemporal, ou seja, à modulação dos efeitos das mudanças legislativas. A primeira é se a nova redação da CLT se aplica aos contratos já em vigor ou apenas aos novos contratos. A segunda diz respeito aos processos trabalhistas já em curso.

Para ler na íntegra [clique aqui](#).

[STF divulga Relatório de Atividades 2017](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/02/2018

Em 2017, foram proferidas 126.531 decisões, sendo 105.300 finais, registrando-se a maior baixa de processos (115.402) e o menor acervo final dos últimos cinco anos (45.437). O relatório também destaca que 71,7% do acervo processual do STF, em 31/12/2017, já registravam decisão final.

[Confederação de servidores municipais contesta fim da contribuição sindical obrigatória](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/02/2018

Chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) mais uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra dispositivos da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que tratam do fim da contribuição sindical obrigatória. Desta vez a autora é a Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais (CSPM). O relator da ADI 5885 é o ministro Edson Fachin, que já relata as outras ações sobre o assunto.

[Associação questiona portaria interministerial sobre trabalho análogo à escravidão](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/01/2018

A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação questionando a portaria que trata do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo. Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 509, a entidade defende que a regra instituída pela portaria só poderia ter sido criada por lei.

[Grupo de instrutores de ensino do Senai consegue equiparação com professores](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 29/01/2018

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou embargos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) contra decisão da Terceira Turma que manteve a equiparação de um grupo de instrutores de ensino aos professores do órgão. Segundo a decisão, o fato de os instrutores não terem habilitação legal do Ministério da Educação não impede o enquadramento de sua atividade docente na categoria dos professores.

[Afinal, Carnaval é feriado?](#)

Ministério do Trabalho - 29/01/2018

O Carnaval é a uma festividade reconhecidamente importante no Brasil, tanto culturalmente quanto economicamente, uma vez que movimenta um grande número de turistas pelo país. Embora muitos acreditem que o período seja um feriado prolongado, ele não está elencado como feriado nacional. O período pode até ser considerado feriado estadual ou municipal em alguns locais, mas, para isso, necessita de amparo legal.

[Inspeção do Trabalho realizou 205.979 fiscalizações em 2017](#)

Ministério do Trabalho – 29/01/2018

O Ministério do Trabalho realizou 205.979 fiscalizações relativas ao cumprimento das normas trabalhistas e de segurança e saúde no trabalho em todo país em 2017. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram onde aconteceram mais ações, sendo 31.555, 27.207 e 21.808, respectivamente.

[Saiba como fazer a declaração da Rais 2017](#)

Ministério do Trabalho – 29/01/2018

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) precisa ser declarada anualmente e tem prazo para ser entregue. Este ano, a data final é 23 de março. Quem tinha CNPJ ativo na Receita Federal em 2017, era Microempreendedor Individual (MEI) com funcionário ou chegou a contratar algum empregado pelo Cadastro de Empreendedor Individual (CEI) precisa preencher o documento e enviar ao Ministério do Trabalho. O processo é todo feito pela internet de maneira simples e gratuita.

[Previdência lança Anuário Estatístico da Previdência Social 2016](#)

Previdência Social – 30/01/2018

O [Anuário Estatístico da Previdência Social 2016](#) (AEPS) já está disponível para consulta no site da Previdência (www.previdencia.gov.br). O documento traz informações sobre benefícios, contribuintes, acordos internacionais, acidentes de trabalho e vários outros temas relacionados à Previdência. A publicação mostra que, em dezembro de 2016, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) possuía mais de 29 milhões de benefícios ativos – um crescimento de 2,82% em relação a 2015.

[Em 15 anos, 613 trabalhadores foram resgatados pelo menos duas vezes da escravidão](#)

Ministério Público do Trabalho – 02/02/2018

Dados extraídos do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil revelam que 1,73% dos 35.341 trabalhadores resgatados da escravidão no país entre 2003 e 2017 eram vítimas reincidentes. Isto significa que 613 trabalhadores foram resgatados pelo menos duas vezes no período de 15 anos. Quatro destes trabalhadores foram resgatados quatro vezes e outros 22 foram resgatados três vezes. O Observatório é mantido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

[MPT pede mais de R\\$ 100 mi em indenizações por trabalho escravo em 2017](#)

Ministério Público do Trabalho – 01/02/2018

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou, em 2017, 103 ações civis públicas (ACP) e firmou 217 termos de ajustamento de conduta (TAC) envolvendo casos de trabalho escravo. Entre as ações, nove são resultantes da atuação do grupo móvel interinstitucional de fiscalização do trabalho escravo, que levou o MPT a pedir mais de R\$ 100,5 milhões em indenizações por dano moral coletivo. Quando atendidos pela Justiça, os valores são revertidos para reparar danos causados à sociedade.

[Consequências para quem comete assédio sexual são alvo do quarto vídeo da campanha](#)

Ministério Público do Trabalho – 01/02/2018

Você sabe o que pode acontecer com quem comete assédio sexual no ambiente de trabalho? A resposta está no quarto vídeo da campanha feita em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que culmina com o alerta: “guarde as provas, não se cale, denuncie”! Veiculado nesta quinta-feira (01/02), nas redes sociais da Procuradoria-Geral do Trabalho, a quarta animação traz detalhes sobre as punições que o assediador, e a empresa quanto à essa prática, podem sofrer.

[Empresa pode pagar R\\$ 8 mi por jornadas exaustivas](#)

Ministério Público do Trabalho – 31/01/2018

O Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP), ao diretor-presidente da Companhia e ao município de Florianópolis com pedido de indenização por danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 8 milhões. Em dois inquéritos civis, conduzidos pelos procuradores do MPT Keilor Heverton Mignone e Sandro

Sardá, foram comprovadas jornadas de até 15 horas e 30 minutos, por garis, na coleta de resíduos sólidos, principalmente na alta temporada de verão, dentre outras irregularidades.

[Trabalhadores farão ato na Câmara contra reforma previdenciária, no dia 6 de fevereiro](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 02/02/2018

O Sinait participa na próxima terça-feira, 6 de fevereiro, de ato público contra a reforma previdenciária. O protesto ocorrerá na Câmara dos Deputados, no plenário 2, a partir das 14 horas. Nesta sexta-feira, 2 de fevereiro, partidos de oposição convocaram uma reunião preparatória com diversas entidades de trabalhadores. O encontro ocorreu na Liderança do PT na Câmara dos Deputados, com participação do diretor do Sindicato, Marco Aurélio Gonsalves. A mobilização contra a reforma da Previdência deverá se intensificar a partir da próxima semana, tendo em vista que a proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016, que contém a reforma, poderá entrar na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados a partir do dia 19.

[Sinait trabalha para que o descaso com combate ao trabalho escravo não seja a marca de 2018](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 01/02/2018

O Sinait repudia o descaso deliberado com que o governo tem tratado as ações de enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão. Para o Sindicato, as políticas voltadas ao combate ao crime precisam ter prioridade na aplicação de recursos, tendo em vista o seu grande impacto social. “Nada deveria atrapalhar o desenvolvimento do enfrentamento do trabalho escravo, que é de grande relevância social”, afirma o presidente do Sinait, Carlos Silva. Ele se refere à recente ação do procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, que questionou o Ministério do Trabalho – MTb acerca do cancelamento de operação de fiscalização de trabalho escravo que seria realizada na Região Norte do país em janeiro, por falta de passagens aéreas.

[Sinait repudia nova ADI da Abrainc contra Lista Suja](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 29/01/2018

O Sinait repudia a nova Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - Abrainc apresentada no dia 25 de janeiro ao Supremo Tribunal Federal – STF em que pede que a Corte declare inconstitucional a Portaria nº 1.293/2017. A portaria restabelece o respeito ao conceito de trabalho escravo do Código Penal e trata da divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravos, conhecido como “Lista Suja”, entre outros pontos. O documento foi publicado no Diário Oficial da União - DOU no dia 29 de dezembro de 2017.

[Testes com eventos extemporâneos do leiaute 2.4.01 começam a partir das 18h do dia 07/02](#)

Portal eSocial - 02/02/2018

A partir das 18h do dia 07/02/2018, o ambiente de Produção Restrita passará a utilizar as regras de eventos extemporâneos já previstas na versão 2.4.01 do leiaute. Os eventos já enviados pelas empresas serão excluídos da base de dados e deverão ser reenviados, utilizando-se a versão de teste. Para adequar o sistema, o ambiente de Produção Restrita ficará fora do ar no dia 07/02/2018, de 08h às 18h.

Atos Normativos

[NHO 06 - Avaliação da exposição ocupacional ao calor](#) (Fundacentro - Ano 2018) Estabelece critérios e procedimentos para a avaliação da exposição ocupacional ao calor. A Norma introduz: níveis de ação para trabalhadores aclimatizados, limite de exposição valor teto, correções no índice de bulbo úmido termômetro de globo (IBUTG) médio em função do tipo de vestimenta utilizada, abordagem sobre avaliações a céu aberto, critério de julgamento e tomada de decisão em função das condições de exposição encontradas e apresenta considerações gerais sobre medidas preventivas e corretivas;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 880, DE 18 DE JANEIRO DE 2018](#) (DOU 29/01/2018 Seção I Pág. 104) Altera a Resolução nº 868, de 24 de outubro de 2017, que dispõe sobre a inclusão do recibo de comunicação do Sistema de Comunicação Prévia de Obras (SCPO) como documento obrigatório a ser apresentado nos financiamentos com recursos do FGTS;

[DECRETO DE 29 DE JANEIRO DE 2018](#) (DOU de 30/01/2018 Seção I Pág. 01) Dispõe sobre o limite máximo anual para as despesas com o Programa Seguro-Emprego;

[PORTARIA Nº 85, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018](#) (DOU de 02/02/2018 Seção II Pág. 60) Nomeia VICTOR CAVALCANTE DE OLIVEIRA DE SOUZA, para exercer o cargo em comissão de Superintendente Regional do Trabalho no Estado de Alagoas, código DAS 101.3, deste Ministério.



QUEIROZ NETO
ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

Responsável Técnico
Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto
OAB-DF 14.823

(61) 98135-1818
clovis@queirozneto.adv.br
queirozneto.adv.br

(61) 3526-7707
SHVP Rua 8 Chácara 202 Casa 34
CEP: 72006-845 - Brasília-DF